



Demonstrações Financeiras

31 de Dezembro de 2015

ASCRA-ASSOCIAÇÃO SOCIAL CULT. E RECR. DE APULIA
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS POR NATUREZAS (modelo reduzido)
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	UNIDADE MONETÁRIA (1)	
		PERÍODOS	
		2015	2014
Vendas e serviços prestados	8	224 345,07	223 723,13
Subsídios à exploração	9	689 091,73	628 477,29
Variação nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	7	-13 237,04	-11 989,75
Fornecimentos e serviços externos	12.9	-283 237,14	-296 448,21
Gastos com o pessoal	10	-575 391,43	-565 950,70
Imparidade de inventários (perdas / reversões)			
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)			
Provisões (aumentos / reduções)			
Outras imparidades (perdas / reversões)			
Aumentos / reduções de justo valor			
Outros rendimentos e ganhos	12.1	96 421,20	96 273,20
Outros gastos e perdas	12.11	-2 045,48	-1 939,65
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		135 946,91	72 145,31
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	5	-43 959,38	-42 061,05
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		91 987,53	30 084,26
Juros e rendimentos similares obtidos	12.12	15,61	11,07
Juros e gastos similares suportados	6,12.12	-13 343,45	-15 574,51
Resultados antes de impostos		78 659,69	14 520,82
Imposto sobre o rendimento do período			
Resultado líquido do período		78 659,69	14 520,82

(1) - O euro, admitindo-se, em função da dimensão e exigências de relato, a possibilidade de expressão das quantias em milhares de euros
(2) Esta informação apenas será fornecida no caso de contas consolidadas

Técnico Oficial de Contas

[Assinatura]

A Direção

[Assinatura]
[Assinatura]
[Assinatura]
[Assinatura]

ASCRA-ASSOCIAÇÃO SOCIAL CULT. E RECR. DE APULIA

502532114

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 (modelo para reduzido)

UNIDADE MONETÁRIA (1)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31 DEZ 2015	31 DEZ 2014
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	5	780 744,23	792 789,08
Propriedades de investimento			
Activos intangíveis			
Investimentos financeiros	12.1	1 185,84	1 090,00
Accionistas / sócios			
		781 930,07	793 879,08
Activo corrente			
Inventários			
Clientes	12.1	5 388,69	2 164,46
Adiantamentos a fornecedores			
Estado e outros entes públicos	12.5	12 884,37	
Accionistas / sócios			
Outras contas a receber	12.2	18 573,30	20 580,26
Diferimentos	12.3	4 337,72	2 530,65
Outros activos financeiros			
Caixa e depósitos bancários	12.4	11 160,92	1 041,03
		52 345,00	26 316,40
Total do activo		834 275,07	820 195,48
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital realizado	12.5	1 317,57	1 317,57
Acções (quotas) próprias			
Outros instrumentos de capital próprio			
Prémios de emissão			
Reservas legais			
Outras reservas			
Resultados transitados	12.5	-176 422,24	-190 943,06
Excedentes de revalorização			
Outras variações no capital próprio	12.5	495 546,41	506 790,93
Resultado líquido do período		78 659,69	14 520,82
Total do capital próprio		399 101,43	331 686,26
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Provisões			
Financiamentos obtidos	6	283 458,60	324 048,02
Outras contas a pagar			
		283 458,60	324 048,02
Passivo corrente			
Fornecedores	12.6	45 042,70	55 088,92
Adiantamentos de clientes			
Estado e outros entes públicos	12.7	22 660,52	23 949,11
Accionistas / sócios			
Financiamentos obtidos	6		5,13
Diferimentos			
Outras contas a pagar	12.8	84 011,82	85 418,04
Outros passivos financeiros			
		151 715,04	164 461,20
Total do passivo		435 173,64	488 509,22
Total do capital próprio e do passivo		834 275,07	820 195,48

(1) - O euro, admitindo-se, em função da dimensão e exigências de relato, a possibilidade de expressão das quantias em milhares de euros

Técnico Oficial de Contas

João Luís Almeida

A Direção

João Manuel de Barros Aguiar
António José de Silva
Yoso Carlos Boavista Paqueta
Abreu da
Cuzime Zutele

ASCRA - Associação Social Cultural e Recreativa de Apulia
DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		31-12-2015	31-12-2014
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo			
Recebimentos de Utentes		254 908,54	260 455,01
Pagamentos de subsídios			
Pagamentos de apoios			
Pagamentos de bolsas			
Pagamentos a fornecedores		(298 828,80)	(309 607,62)
Pagamentos ao pessoal		(574 659,50)	(559 470,33)
Caixa gerada pelas operações		(618 579,76)	(608 622,94)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento			
Outros recebimentos/pagamentos		701 217,82	662 799,43
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		82 638,06	54 176,49
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		(32 091,44)	(34 747,65)
Activos intangíveis			
Investimentos financeiros		(95,84)	(81,69)
Outros activos			
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis			
Activos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros activos			
Subsídios ao investimento		13 591,50	
Juros e rendimentos similares		15,61	11,07
Dividendos			
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		(18 580,17)	(34 818,27)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos			26 500,00
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio			
Cobertura de prejuízos			
Doações			
Outras operações de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(40 594,55)	(39 221,01)
Juros e gastos similares		(12 358,38)	(14 035,78)
Dividendos			
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio			
Outras operações de financiamento		(985,07)	(1 538,73)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		(53 938,00)	(28 295,52)
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		10 119,89	(8 937,30)
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		1 041,03	9 978,33
Caixa e seus equivalentes no fim do período	12.4	11 160,92	1 041,03

O Técnico Oficial de Contas

Jose Luis Almeida

A Direcção

João Manuel de Barros Aguiar
António João de Sá
Jose Carlos Boavista Botelho
Boavista
Eugénio Botelho

Anexo

1. Identificação da Entidade

ASCRA – Associação Social, Cultural e Recreativa de Apúlia. (adiante designada por “Entidade” ou “Ascra”), foi constituída por escritura de 90.12.18, publicada no D.R. III, de 91.04.12, com sede na freguesia de Apúlia, concelho de Esposende

A Entidade é uma Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS), tem por objeto e âmbito social a assistência na infância, à juventude e terceira idade, invalidez e deficiência, o desenvolvimento e aperfeiçoamento cultural, profissional, educacional e económico-social dos seus benfeitores

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2014 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Sector Não Lucrativos é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de Março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de Março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de Março; e
- Normas Interpretativas (NI).

A adoção da NCRF-ESNL ocorreu pela primeira vez em 2012, pelo que à data da transição do referencial contabilístico anterior (Plano de Contas das Instituições Particulares de Solidariedade Social/Plano de Contas das Associações Mutualistas/Plano Oficial de Contas para

Federações Desportivas, Associações e Agrupamentos de Clubes) para este normativo é 1 de Janeiro de 2011, conforme o estabelecido no § 5 Adoção pela primeira vez da NCRF-ESNL.

Assim, a Entidade preparou o Balanço de abertura de 1 de Janeiro de 2012 aplicando as disposições previstas na NCRF-ESNL. As Demonstrações Financeiras de 2011 que foram preparadas e aprovadas, de acordo com o referencial contabilístico em vigor naquela altura, foram alteradas de modo a que haja comparabilidade com as Demonstrações Financeiras de 2011.

O montante total de ajustamento à data da transição reflete a diferença ocorrida nas Demonstrações Financeiras devido à adoção da NCRF-ESNL. Estes ajustamentos estão evidenciados em “*Resultados Transitados*”. Assim, os efeitos provenientes da adoção do novo referencial contabilístico à data da transição (1 de Janeiro de 2011) foram registados em “*Fundos Patrimoniais*”.

3. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1. Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1. Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2. Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes

rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” (Notas 12.2 e 12.8) e “Diferimentos” (Nota 12.3)

3.1.3. Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4. Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5. Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6. Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.

3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1. Ativos Fixos Tangíveis

Os “*Ativos Fixos Tangíveis*” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam susceptíveis de permitir atividades presentes e futuras adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil. A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “*Outros rendimentos operacionais*” ou “*Outros gastos operacionais*”.

3.2.2. Investimentos financeiros

Sempre que a Entidade tenha uma influência significativa, em empresas associadas, ou exerça o controlo nas decisões financeiras e operacionais, os “*Investimentos Financeiros*” são

registados pelo Método da Equivalência Patrimonial (MEP). Geralmente traduz-se num investimento com uma representação entre 20% a 50% do capital de outra Entidade.

Pelo MEP as participações são registadas pelo custo de aquisição, havendo a necessidade de ajustar tendo em conta os resultados líquidos das empresas associadas ou participadas. Este ajuste é efetuado por contrapartida de gastos ou rendimentos do período e pelos dividendos recebidos, líquido de perdas por imparidade acumuladas.

Aquando da aquisição da participação pode-se verificar um *Goodwill*, isto é, o excesso do custo de aquisição face ao justo valor dos capitais próprios na percentagem detida, ou um *Badwill* (ou *Negative Goodwill*) quando a diferença seja negativa. O *Goodwill* encontra-se registado separadamente numa subconta própria do investimento, sendo necessário, na data de Balanço, efetuar uma avaliação dos investimentos financeiros quando existam indícios de imparidade. Havendo é realizada uma avaliação quanto à recuperabilidade do valor líquido do *Goodwill*, sendo reconhecida uma perda por imparidade se o valor deste exceder o seu valor recuperável.

Se o custo de aquisição for inferior ao justo valor dos ativos líquidos da subsidiária adquirida, a diferença é reconhecida diretamente em resultados do período. O ganho ou perda na alienação de uma Entidade inclui o valor contabilístico do *Goodwill* relativo a essa Entidade, exceto quando o negócio a que esse *Goodwill* está afeto se mantenha a gerar benefícios para a Entidade.

De acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro 12 – Imparidade de Ativos, o *Goodwill* não é amortizado, estando sujeito, como referido, a testes anuais de imparidade. Estas perdas por imparidade não são reversíveis.

3.2.3. Inventários

Os “*Inventários*” estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado ou o FIFO (*first in, first out*). Os Inventários que não sejam geralmente intermutáveis deve ser atribuído custos individuais através do uso de identificação específica.



Os Inventários que a Entidade detém, mas que se destinam a contribuir para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados não estão diretamente relacionados com a capacidade de para ela gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, o mais baixo dos dois.

3.2.4. Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos “Instrumentos Financeiros” com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Alterações no risco segurado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio
 - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Cientes e outras contas a Receber

Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE)

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.5. Fundos Patrimoniais

A rubrica “*Fundos*” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “*Fundos Patrimoniais*” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações elegados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.6. Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os “*Empréstimo Obtidos*” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “*Encargos Financeiros*” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “*Juros e gastos similares suportados*”.

4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5. Ativos Fixos Tangíveis

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2015, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

31 de dezembro de 2014

	Saldo em 01-jan-2014	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Saldo em 31-dez-2014
Custo					
Terrenos e recursos naturais	52 772,81	-	-	-	52 772,81
Edifícios e outras construções	899 074,73	-	-	-	899 074,73
Equipamento básico	45 951,80	719,55	-	-	46 671,35
Equipamento de transporte	151 375,07	35 500,01	-	-	186 875,08
Equipamento biológico	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	18 325,13	-	-	-	18 325,13
Outros Ativos fixos tangíveis	37 579,78	-	-	-	37 579,78
Total	1 205 079,32	36 219,56	-	-	1 241 298,88
Depreciações acumuladas					
Edifícios e outras construções	265 413,37	19 682,87	-	-	285 096,24
Equipamento básico	33 233,41	1 695,69	-	-	34 929,10
Equipamento de transporte	54 106,23	20 068,61	-	-	74 174,84
Equipamento biológico	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	16 364,08	137,61	-	-	16 501,69
Outros Ativos fixos tangíveis	37 331,66	476,27	-	-	37 807,93
Total	406 448,75	42 061,05	-	-	448 509,80
Ativo Líquido	798 630,57		-	-	792 789,08

31 de dezembro de 2015

	Saldo em 01-jan-2015	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Saldo em 31-dez-2015
Custo					
Terrenos e recursos naturais	52 772,81	-	-	-	52 772,81
Edifícios e outras construções	899 074,73	14 153,30	-	-	913 228,03
Equipamento básico	46 671,35	-	-	-	46 671,35
Equipamento de transporte	186 875,08	15 000,00	-	-	201 875,08
Equipamento biológico	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	18 325,13	-	-	-	18 325,13
Outros Ativos fixos tangíveis	37 579,78	2 761,23	-	-	40 341,01
Total	1 241 298,88	31 914,53	-	-	1 273 213,41
Depreciações acumuladas					
Edifícios e outras construções	285 096,24	19 814,86	-	-	304 911,10
Equipamento básico	34 929,10	1 703,19	-	-	36 632,29
Equipamento de transporte	74 174,84	21 891,10	-	-	96 065,94
Equipamento biológico	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	16 501,69	137,61	-	-	16 639,30
Outros Ativos fixos tangíveis	37 807,93	412,62	-	-	38 220,55
Total	448 509,80	43 959,38	-	-	492 469,18
Ativo Líquido	792 789,08		-	-	780 744,23

6. Custos de Empréstimos Obtidos

O Financiamento obtido é essencialmente, como se segue:

- Empréstimo bancário n.º 1462 56046369680, contratualizado com a Caixa de Crédito Agrícola em 10 de Agosto de 2009, maturidade de 10 anos, com vencimento em 10-08-2019. O montante inicial de 100.000,00 euros, para ser utilizado em conta corrente, destinando-se à cobertura de necessidades de tesouraria não lhe podendo ser dado outro uso. O valor utilizado é de **41.123,76 euros**. Vencem juros à taxa Euribor a 6 mês acrescido de 3 pontos percentuais. De acordo com a cláusula sexta do Contrato de Empréstimo em Conta Corrente, a Ascra para titular as obrigações emergentes deste contrato presta como garantia a hipoteca do imóvel, Prédio Urbano (Edifício sede), inscrito na matriz sob o artigo 2540 com valor Patrimonial de 132.057,34 Euros.

- Empréstimo bancário n.º 1462 5607688086, contratualizado com a Caixa de Crédito Agrícola em 13 de Janeiro de 2010, maturidade de 10 anos, com vencimento em 13-01-2020. O montante inicial de 140.000,00 euros, para ser utilizado em conta corrente, destinando-se à cobertura de necessidades de tesouraria não lhe podendo ser dado outro uso. O valor utilizado é de **63.572,63 euros**. Vencem juros à taxa Euribor a 6 mês acrescido de 3 pontos percentuais. De acordo com a cláusula sexta do Contrato de Empréstimo em Conta Corrente, a Ascra para titular as obrigações emergentes deste contrato presta como garantia a hipoteca do imóvel, Prédio Urbano (Edifício sede), inscrito na matriz sob o artigo 2540 com valor Patrimonial de 132.057,34 Euros.

- Empréstimo bancário n.º 1462 56051380438, contratualizado com a Caixa de Crédito Agrícola em 6 de Julho de 2011, maturidade de 10 anos, com vencimento em 6 de Julho de 2021. O montante inicial de 100.000,00 euros, para ser utilizado em conta corrente, destinando-se à cobertura de necessidades de tesouraria não lhe podendo ser dado outro uso. O valor utilizado é de **62.661,66 euros**. Vencem juros à taxa Euribor a 6 meses acrescido de 5 pontos percentuais. De acordo com o Contrato de Empréstimo em Conta Corrente, a Ascra para titular as obrigações emergentes deste contrato presta como garantia a hipoteca do imóvel, Prédio Urbano (Edifício sede), inscrito na matriz sob o artigo 2540 com valor Patrimonial de 132.057,34 Euros.

- Empréstimo bancário n.º 271-36.000058-9, contratualizado com o Montepio em 14 de Agosto de 2013, maturidade de 6 anos, com vencimento em 14 de Agosto de 2019. O montante inicial de 100.000,00 euros, para ser utilizado em conta corrente, destinando-se à cobertura de necessidades de tesouraria não lhe podendo ser dado outro uso. O valor utilizado é de **100.000,00 euros**.

- Empréstimo n.º 71696, contratualizado com a Mercedes Benz Financial Services Portugal em 12 de Março de 2014, maturidade de 4 anos, com vencimento em 05 de Abril de 2018. O montante inicial de 26.500,00 euros foi utilizado no financiamento da aquisição de uma viatura Mercedes-Benz modelo Sprinter 210 CDI/37. O valor em dívida em 31 de Dezembro de 2015 é de **16.100,55 euros**.

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

7. Inventários

Em 31 de Dezembro de 2015 a rubrica “Inventários” apresentava os seguintes valores:

Descrição	Inventário em 31-Dez-2013	Compras	Reclassificações e regularizações	Inventário em 31-Dez-2014
Mercadorias	-	-	-	-
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	-	10 946,29	1 043,46	-
Produtos Acabados e intermédios	-	-	-	-
Produtos e trabalhos em curso	-	-	-	-
...	-	-	-	-
Total	-	10 946,29	1 043,46	-
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	26 243,81			11 989,75

Descrição	Inventário em 31-Dez-2014	Compras	Reclassificações e regularizações	Inventário em 31-Dez-2015
Mercadorias	-	-	-	-
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	-	-	-	-
Produtos Acabados e intermédios	-	10 873,73	2 363,31	-
Produtos e trabalhos em curso	-	-	-	-
...	-	-	-	-
Total	-	10 873,73	2 363,31	-

Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	13 237,04		13 237,04
Variações nos inventários da produção	-		-

8. Rédito

Para os períodos de 2014 e 2015 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2014	2015
Vendas	-	-
Prestação de Serviços	223 723,13	224 345,07
Quotas dos utilizadores	220 748,13	219 295,07
Quotas e Jóias	2 975,00	5 050,00
Promoções para captação de recursos	-	-
Rendimentos de patrocinadores e colaborações	-	-
...	-	-
Juros	11,07	15,61
Royalties	-	-
Dividendos	-	-
Total	223 734,20	224 360,68

9. Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de Dezembro de 2014 e 2015, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios do Governo" e "Apoios do Governo":

Descrição	2014	2015
Subsídios do Estado e Outros Entes Públicos	628 477,29	689 091,73
ISS, IP - Centros Distritais	569 820,70	630 453,45
Camara Municipal de Esposende	33 143,67	31 047,35
IEFP	998,24	4 426,49
Compensação salarial escolar e pré escolar	24 514,68	23 164,44
Total	628 477,29	689 091,73

10. Benefícios dos empregados

O número de membros dos órgãos diretivos, nos períodos de 2014 e 2015, foram de 5.

Os órgãos diretivos/sociais da Entidade não auferem qualquer remuneração, de acordo com os estatutos e legislação aplicável às IPSS.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 2015 foi de 48.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2014	2015
Remunerações aos Órgãos Sociais	-	-
Remunerações ao Pessoal	467 662,98	467 864,38
Benefícios Pós-Emprego	-	-
Indemnizações	-	3 537,05
Encargos sobre as Remunerações	93 499,60	97 370,37
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	3 332,37	5 325,19
Gastos de Acção Social	-	-
Outros Gastos com o Pessoal	1 455,75	1 294,44
Total	565 950,70	575 391,43

11. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

12. Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

12.1. Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2014 e 2015, a Entidade detinha os seguintes "Investimentos Financeiros":

Descrição	2014	2015
Investimentos em subsidiárias	-	-
Método de Equivalência Patrimonial	-	-
Outros Métodos	-	-
Investimentos em associadas	-	-
Método de Equivalência Patrimonial	-	-
Outros Métodos	-	-
Investimentos em entidades conjuntamente controladas	-	-
Método de Equivalência Patrimonial	-	-
Outros Métodos	-	-
Investimentos noutras empresas	-	-
Método de Equivalência Patrimonial	-	-
Outros Métodos	1 090,00	1 185,04
Perdas por Imparidade Acumuladas	-	-
Total	1 090,00	1 185,04

12.2. Outras contas a receber

A rubrica "Outras contas a receber" tinha, em 31 de Dezembro de 2014 e 2015, a seguinte decomposição:

Descrição	2014	2015
Adiantamentos ao pessoal	-	-
Adiantamentos a Fornecedores de Investimentos	-	-
Devedores por acréscimos de rendimentos	-	-
...	-	-
Outros Devedores	20 580,26	18 573,30
Perdas por Imparidade	-	-
Total	20 580,26	18 573,30

12.3. Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2015, a rubrica "Diferimentos" englobava os seguintes saldos:

Descrição	2014	2015
Gastos a reconhecer		
Seguros	2 530,65	4 337,72
	-	-
Total	2 530,65	4 337,72

12.4. Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de "Caixa e Depósitos Bancários", a 31 de Dezembro de 2014 e 2015, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	2014	2015
Caixa	205,99	83,45
Depósitos à ordem	835,04	11 077,47
Depósitos a prazo	-	-
Total	1 041,03	11 160,92

12.5. Fundos Patrimoniais

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Sado em 01- Jan-2014	Aumentos	Diminuições	Sado em 31- Dez-2014
Fundos	1 317,57	-	-	1 317,57
Excedentes técnicos	-	-	-	-
Reservas	-	-	-	-
Resultados transitados	(226 853,76)	35 910,70	-	(190 943,06)
Excedentes de revalorização	-	-	-	-
Outras variações nos fundos patrimoniais	531 513,69		(24 722,76)	506 790,93
Resultado líquido do período	35 910,70	14 520,82	(35 910,70)	14 520,82
Total	341 888,20	50 431,52	(60 633,46)	331 686,26

Descrição	Sado em 01- Jan-2015	Aumentos	Diminuições	Sado em 31- Dez-2015
Fundos	1 317,57	-	-	1 317,57
Excedentes técnicos	-	-	-	-
Reservas	-	-	-	-
Resultados transitados	(190 943,06)	14 520,82	-	(176 422,24)
Excedentes de revalorização	-	-	-	-
Outras variações nos fundos patrimoniais	506 790,93	13 591,50	(24 836,02)	495 546,41
Resultado liquido do periodo	14 520,82	78 659,69	(14 520,82)	78 659,69
Total	331 686,26	106 772,01	(39 356,84)	399 101,43

12.6. Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2014	2015
Fornecedores c/c	55 088,92	45 042,70
Fornecedores títulos a pagar	-	-
Fornecedores facturas em recepção e conferência	-	-
Total	55 088,92	45 042,70

12.7. Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Descrição	2014	2015
Ativo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)	-	-
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	-	12 884,37
Outros Impostos e Taxas	-	-
Total	-	12 884,37
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)	-	-
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	-	-
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singualres (IRS)	3 171,81	3 516,99
Segurança Social	20 777,30	19 143,53
Outros Impostos e Taxas	-	-
Total	23 949,11	22 660,52

12.8. Outras Contas a Pagar

A rubrica "Outras contas a pagar" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2014		2015	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal	-	311,19	-	311,19
Remunerações a pagar	-	311,19	-	311,19
Cauções	-	-	-	-
Outras operações	-	-	-	-
Perdas por Imparidade acumuladas	-	-	-	-
Fornecedores de Investimentos	-	(1 295,00)	-	-
Credores por acréscimos de gastos	-	82 690,79	-	83 666,07
Outros credores	-	56,02	-	34,56
	-	-	-	-
Total	-	81 763,00	-	84 011,82

12.9. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2014 e de 2015, foi a seguinte:

Descrição	2014	2015
Subcontratos	171 901,65	153 558,54
Serviços especializados	28 512,22	35 416,01
Materiais	14 963,11	11 934,76
Energia e fluidos	49 057,68	46 508,90
Deslocações, estadas e transportes	2 203,98	2 472,79
Serviços diversos	29 809,57	33 346,14
Total	296 448,21	283 237,14

12.10. Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de "Outros rendimentos e ganhos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2014	2015
Rendimentos Suplementares	38 896,34	33 787,70
Descontos de pronto pagamento obtidos	-	-
Recuperação de dívidas a receber	-	-
Ganhos em inventários	-	-
Rendimentos e ganhos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-
Rendimentos e ganhos nos restantes activos financeiros	-	-
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	-	-
Outros rendimentos e ganhos	57 376,86	62 633,50
Total	96 273,20	96 421,20

12.11. Outros gastos e perdas

A rubrica de "Outros gastos e perdas" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2014	2015
Impostos	176,13	303,05
Descontos de pronto pagamento concedidos	-	-
Dívidas incobráveis	-	-
Perdas em inventários	-	-
Gastos e perdas em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-
Gastos e perdas nos restantes activos financeiros	-	-
Gastos e perdas investimentos não financeiros	-	-
Outros Gastos e Perdas	1 763,52	1 742,43
Total	1 939,65	2 045,48

12.12. Resultados Financeiros

Nos períodos de 2014 e 2015 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2014	2015
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	14 035,78	12 358,38
Diferenças de câmbio desfavoráveis	-	-
Outros gastos e perdas de financiamento	1 538,73	985,07
Total	15 574,51	13 343,45
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	11,07	15,61
Dividendos obtidos	-	-
Outros rendimentos similares	-	-
Total	11,07	15,61
Resultados financeiros	(15 563,44)	(13 327,84)

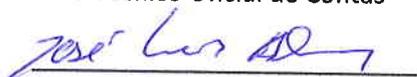
12.13. Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2015.

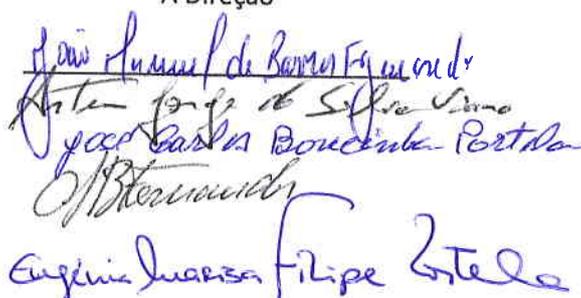
Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Apúlia, 11 de Março de 2016

O Técnico Oficial de Contas



A Direção



João Manuel de Barros Figueiredo
António Jorge de Sousa Lima
José Carlos Boucinha Pereira
O. B. ...
Eng.ª Luísa Filipe Costa